

Problemas da Documentação (*)

002.

JEAN-CLAUDE GARDIN

Tradução de LYGIA NAZARETH FERNANDES

TORNOU-SE hoje lugar comum referir, para nos lastimarmos ou nos felicitar-mos, o crescimento extraordinário dos conhecimentos humanos de uns cem anos para cá, e os resultados dêsse enriquecimento no universo contemporâneo. Em compensação, comovemo-nos muito menos com as conseqüências internas do progresso no âmbito científico. Quando muito, denunciemos periodicamente os males mais evidentes: uma extrema especialização, imposta pela extensão das pesquisas, e a conseqüente separação de uma disciplina a outra da vida científica à vida cotidiana também — separação geradora dos distúrbios técnicos ou psicológicos na medida em que mais se deplora o isolamento das ações ou a solidão dos homens; de qualquer forma, distúrbios de comunicação, e apresente-se logo que nenhum remédio será realmente eficaz se de fato não assegurar o melhor trânsito da informação na organização coletiva da pesquisa.

Em teoria, tais remédios procedem de duas ordens distintas de intervenção, seja que se acrescentem novos caminhos à *rêde* existente, seja que se transformem as regras de utilização, o *código*, para permitir um tráfego mais volumoso no mesmo intervalo de tempo. Tais são, com efeito, os preceitos de uma cibernética elementar, da qual se pode praticamente observar todos os dias a importância, senão a aplicação, nas ruas atravancadas de Paris.

Entretanto, na organização atual das pesquisas, os preceitos elementares são muitas vezes ainda desconhecidos. Para lutar contra a especialização, a separação, ou a própria alienação — a palavra não é sem dúvida bastante forte, se considerarmos o aspecto patológico que assume hoje o fenômeno da especialização em algumas grandes escolas — contentamo-nos geralmente em desenvolver os meios de comunicação existentes. De ano para ano, congressos e boletins internacionais multiplicam as trocas de informações entre disciplinas variadas, enquanto obras ou conferências de alta vulgarização se esforçam por manter alguns laços entre “os sábios e os homens”, como, com certa ingenuidade, infelizmente já foi dito.

Ora, êstes remédios atingem apenas as conseqüências, de modo algum as causas dos males deplorados. Mais ainda, por um estranho paradoxo, agravam a situação combatida; pois a assiduidade às reuniões e a leitura

(*) In *Diogène*, 11: 107-124, Paris, juillet, 1955.

das publicações consagradas a esta benéfica violação de fronteiras absorvem tanto esforço e tempo, que o sábio o deixa de consagrar à pesquisa própria dita, dentro das fronteiras; de modo que, ao cabo, êste homem não pode informar-se sobre um domínio crescente da ciência, senão ocupando-se de um campo cada vez mais restrito... Aqui os remédios favorecem a inclinação, cujos malefícios procuravam reduzir.

E' preciso, pois, encarar de outro modo os problemas de comunicação, por certo com uma intervenção de segunda ordem, mais radical, que altere a própria organização da rede. Mas analisemos antes de tudo os fatos.

De um lado, a potência de trabalho de um organismo humano é mais ou menos fixa; de outro, pelo contrário, a matéria que se impõe a êsse trabalho é cada vez mais extensa, em tôdas as dimensões. As relações de forças entre os dois jamais se manteve senão pela interposição de uma aparelhagem continuamente adaptada às novas operações exigidas. Operações do corpo, ou operações do espírito, a distinção hoje em dia não tem maior sentido; o instrumento é tanto máquina quanto método, de acôrdo com as necessidades do momento, e no fundo um não é mais do que a versão formal de outro. Desde então, a lamentável desarmonia entre a medida do homem e a envergadura da ciência *deve* finalmente denunciar uma deficiência de aparelhagem, nada mais. Antes de se atribuir tristemente o fato a uma "fatalidade" da separação, deveríamos certificar-nos de que utilizamos corretamente todos os instrumentos — máquinas ou métodos — capazes de permitir aos homens, pelo menos, a probabilidade de um conhecimento harmônico.

Tal é o objeto dêste estudo. Não se aplica às ciências "exatas" cujo avanço na maioria foi tal que, há muito tempo, elas tiveram de resolver os problemas de método aqui suscitados. Cogitaremos apenas dos estudos humanos e, mais particularmente, da arqueologia, familiar ao autor. Mas logo se reconhecerá, na organização atual da pesquisa arqueológica, um esquema também válido para outras ciências; do mesmo modo, as recomendações resultantes da análise facilmente se formularão em linguagem abstrata, aberta às acepções especializadas de cada *logia* humana; psicologia, etnologia, etc.

Os vestígios materiais das sociedades antigas constituem para a arqueologia matéria de estudos cuja extensão aumentou consideravelmente de uns cem anos para cá; êste crescimento não deixou de apresentar problemas de metodologia, tanto mais irritantes quanto nos obstinamos em ignorá-los.

Os fatos, entretanto, são conhecidos; à medida que se multiplicaram as descobertas, os objetos se foram dispersando em numerosos museus ou depósitos, lojas de antiquário ou coleções particulares, e não se pôde mais proceder a explorações exaustivas. Agora, recorreremos mais às publicações onde êstes objetos estão reproduzidos e comentados; mas estas, por sua vez, proliferaram, e logo os obstáculos momentaneamente superados pela *reprodução* e pela difusão do objeto se erguem de novo, em conseqüência da multiplicação e da dispersão dessas publicações.

Segue-se que o preparo de uma documentação bibliográfica sobre determinadas matérias de estudo se torna, muitas vêzes, tão longo e dispendioso quanto a visita aos sítios, museus e coleções onde se encontram os objetos.

A esta afirmação, opõe-se em geral o seguinte argumento: "crescimento da matéria, é certo; mas, simultaneamente, aperfeiçoaram-se os instrumentos

de trabalho, de maneira que a relação dinâmica entre esta matéria, cada vez mais maciça, e o espírito, cada vez melhor aparelhado, permanece mais ou menos constante". Este otimismo não resiste à prática, mas seu maior defeito é dissimular, sob uma afirmação teoricamente plausível, a insuficiência prática de métodos de trabalho que deveríamos abandonar, em vez de aperfeiçoar.

Afinal, quais são êsses utensílios modernos, que devem assegurar ao pesquisador o mesmo domínio intelectual sôbre complexos crescentes de fatos? Podemos dividi-los em dois gêneros: os que servem para acelerar a aquisição de conhecimentos fatuais — por exemplo, os catálogos — e os que visam de preferência a guiar a pesquisa bibliográfica — por exemplo, os boletins e repertórios analíticos. (1) Examinemos primeiro êstes últimos.

1. BIBLIOGRAFIAS

Certamente, é mais fácil, do que há cinqüenta ou cem anos, estabelecer uma lista de estudos relativos ao assunto que desejamos conhecer ou tratar. Um número crescente de obras impressas, monografias ou enciclopédias oferece, na melhor hipótese, uma soma recapitulativa dos conhecimentos, e, no mínimo, a enumeração de documentos que, reunidos, constituem o inventário da questão examinada.

Êsses trabalhos apresentam um defeito inevitável: têm data. O mal não é grande, se pudermos atualizar as bibliografias fundamentais obtidas desta maneira. Certamente que o podemos, graças às publicações periódicas, em particular as que apresentam tábuas e índices metódicos, editados a intervalos regulares, e, melhor, ainda, as que são propriamente tábuas e índices, boletins e repertórios analíticos.

Ora, êsses trabalhos bibliográficos existem na maioria dos países onde a investigação arqueológica é custeada por contribuições públicas ou particulares; além disso, de alguns anos para cá, a UNESCO lhes favorece generosamente a expansão, de sorte que se poderia supor prestes a ser resolvido o problema da orientação bibliográfica.

Estas são, entretanto, soluções insuficientes, declara a maior parte dos pesquisadores; mas insuficientes em que? Em quantidade? O *Repertório de arte e de arqueologia*, para citar apenas um exemplo, é uma publicação volumosa, na qual poucas obras ou artigos de revista escapam ao inventário; e poderíamos estender-lhe o campo, e apurar a classificação, sem que com isso o repertório deixasse de ser insuficiente. O defeito aqui não é de ordem quantitativa; a inadequação do instrumento não reside no porte ou na massa, está na forma; antes de ser insuficiente, o instrumento é não pertinente, pelo menos para tôda uma gama de operações de que o pesquisador ainda se aproxima tão pouco municiado, quanto na época dos escribas e dos copistas.

(1) Divisão excessivamente sistemática, pois muitos catálogos conduzem a uma bibliografia e vice-versa; em verdade, trata-se menos de dois gêneros de instrumentos diferentes do que de duas funções complementares de um instrumental variado. A exposição será mais clara, entretanto, se retivermos êste aspecto factício, mas concreto, da oposição.

Desejamos conhecer, sem maior esforço, a literatura especializada relativa a determinado assunto. Para êste fim, é preciso, antes de mais nada, situar êsse assunto em relação aos diferentes sistemas de classificação das bibliografias consultadas. A classificação ideal seria evidentemente a que permitisse estabelecer relações unívocas entre suas diferentes rubricas, de um lado, e os múltiplos aspectos de qualquer outro assunto, de outro lado. Se as rubricas são pouco numerosas, e o campo vasto, cada uma delas compreende uma longa lista de referências e, entre elas, o leitor não pode saber as que interessam verdadeiramente ao fenômeno particular por êle estudado; *nesse caso, a bibliografia talvez esteja completa, mas não é necessariamente pertinente*. Se, pelo contrário, as rubricas forem numerosas, e de campo limitado, cada uma delas oferece apenas algumas referências, certamente úteis ao pesquisador, mas omite as que, classificadas em outro lugar pelo título ou pelo assunto dominante, se referem, entretanto, de maneira fragmentária, mas talvez importante, ao assunto considerado; *nesse caso, a bibliografia é pertinente, mas não é necessariamente completa*.

Ela o seria se todos os estudos citados e resumidos fôssem, além disso, reduzidos pela análise a *átomos de informação* — como as palavras de um índice muito desenvolvido — que depois fôssem distribuídos entre as diferentes rubricas da classificação.

Se êsse método é impraticável por causa dos esforços e das despesas que requer, os atuais processos de documentação bibliográfica não constituem senão um compromisso malfeito entre as exigências, contraditórias na prática, senão na teoria, da pertinência e da exaustividade.

Se êsse método é impraticável... mas será, mesmo? Na atual organização da pesquisa, sim, sem dúvida; pois se o praticássemos, o obstáculo material se desdobraria em pecado racional irresistível; desmontando a obra escrita para extrair-lhe os elementos, acabaria o analista refazendo pelo avesso o trabalho do autor.

Mas, por que a condicional? O paradoxo é cotidiano. Exceto para algumas obras providas de índice elaborado e inteligente — o que aliás é exceção —, as publicações, e, singularmente, as revistas, onde as tábuas analíticas são ainda tão raras, devem ser correntemente dissecadas uma por uma, e reduzidas a notas ou fichas pessoais, conforme os critérios de classificação próprios a cada leitor, e em função das preocupações particulares a cada um.

Que mal há nisso, dir-se-á (e realmente se diz) se a invenção pessoal custa êste preço, e sem documentação original nenhuma criação é possível?

Isto é avaliar mal a documentação de que se trata, pois enfim os elementos reunidos são essencialmente fatos, idênticos de um fichário a outro, e de modo algum originais, pois são retirados do fundo comum de conhecimentos adquiridos. Só há originalidade na escolha e no agrupamento dos dados que colocamos na origem de um pensamento pessoal.

É lícito contestar êsse ponto de vista: são fatos, ou aparências de fatos, como os da alquimia? A objeção é válida, seguramente, para certas ordens de estudos atuais, como por exemplo, a sociologia, mas não tem importância no caso da arqueologia, que guarda o privilégio de operar sôbre dados concretos, geralmente acessíveis a uma apreensão direta e universal. Aí também, entretanto, há certos limites para a determinação *objetiva* dos fatos, mas

êles provêm, seja de uma semântica retardada, que poderemos apurar, seja de uma lógica avançada, que não afeta ainda as construções da arqueologia.

Em suma, obrigar o indivíduo a colecionar os fatos em um fichário particular (2) é confundir dois aspectos diferentes da pesquisa "para todos os fins úteis", isto é, tendo em vista operações imprevisíveis, que poderá efetuar sobre alguns dêles, no curso da vida. Estas *operações*, sem dúvida, devem ser pessoais, mas não há nenhuma razão para que a *coleção* também o seja; há mesmo boas razões para que não o seja, e é isso que cumpre agora demonstrar.

O pecado contra a razão, lembrado mais acima, não é realmente único no gênero. Uma vez que a documentação fatural constitui obra e propriedade de indivíduos dispersos, assistimos a uma extraordinária multiplicação de tarefas independentes, porém *mais ou menos idênticas*, cujo número e necessidade crescem à medida que se eleva a quantidade dos fatos revelados. O fenômeno toma um ou outro dêstes dois aspectos, igualmente revoltantes:

Primeiro aspecto — Ora os indivíduos acumulam uma informação extensa, para alimentar não apenas um estudo em andamento, senão também uma série de estudos possíveis no futuro, ora, entre vastas preocupações, aparecem algumas comuns a vários pesquisadores, de maneira que cada um dêles se dedica a um trabalho de seleção *preventiva*, muito parecido com aquêle que executam, ou executaram, em tempos e lugares distintos, outras pessoas.

Dada a mediocridade das relações interindividuais de um país a outro — e às vêzes também no mesmo país —, e dado, sobretudo, o culto da propriedade privada, que se opõe às trocas de informações de um a outro fichário "pessoal", chegamos, por êsses métodos, a um notável desperdício de energia.

Segundo aspecto — O pesquisador se contenta em anotar na literatura corrente os fatos relativos ao estudo particular de que se ocupa. A documentação pessoal toma, assim, de um indivíduo a outro, caráter diferenciado, que afinal a justifica; mas então perde um ponto o que ganhou em outro, pois o pesquisador deve, nesse caso, recomeçar a colheita da *mesma* literatura (ou quase a mesma), cada vez que tratar de um assunto diferente.

Se pensamos no tempo exigido hoje para êsse trabalho (dispersão das obras, inacessibilidade de muitas revistas, caráter antiquado das bibliotecas, etc.), reconheceremos que êste método não é de modo algum preferível ao primeiro.

Os dois têrmos da alternativa são igualmente criticáveis, e não é pois a uma organização de pesquisa, encerrada em tal dilema, que se poderá pedir o aperfeiçoamento dos processos de informação recomendados mais acima; exigindo mais em nome da razão, obteríamos pelo contrário, nos caminhos traçados pelo uso, um aumento de disparate.

(2) Ninguém o obriga, dir-se-á. Obriga sim: a organização atual dos estudos, que reflete esta opinião de vários mestres um abundante fichário pessoal, começado na mais tenra idade, e pacientemente enriquecido ao longo da vida, é o segredo do êxito. Se considerarmos o êxito com uma visão mais larga, talvez a colocação em fichas assim concebida não parecesse recomendável a êsse ponto; mas isso é outra questão.

2. CATÁLOGOS

A análise mostra que a maior fonte dos vícios expostos reside, pois, na natureza pessoal e privada de uma documentação que os instrumentos bibliográficos mais elaborados não permitem reduzir sensivelmente.

Se deduzimos daí que bastaria despersonalizar e coletivizar a informação, para remediar todos êsses males, não se resolve entretanto senão uma parte do problema; pois existem já compilações objetivas e públicas de fatos arqueológicos — catálogos —, mas que padecem também de inadequações manifestas, como os boletins ou repertórios bibliográficos.

Os catálogos são coleções de fatos reunidos e classificados em virtude de uma ou várias características comuns (função, forma, data, lugar, etc.); a escolha dessas características de agrupamento deve permitir a qualquer indivíduo encontrar bem depressa, em qualquer tempo e lugar, diversas categorias de fatos. Podemos, pois, estabelecer para os catálogos, como já o fizemos para as obras bibliográficas, uma classificação ideal; é aquela cujas rubricas correspondem a aspectos duráveis e comunicáveis — intersubjetivos senão objetivos — da matéria classificada.

Truísmo? Talvez; por que, entretanto, muitos catálogos são ainda maus livros, infiéis ao truísmo? Mas deixemos êstes, em que teorias incertas sôbre as relações, até então tidas como acidentais, conduzem a classificações ainda demasiado pessoais para o uso comum. (3) São apenas vícios de funcionamento; os defeitos de estrutura são mais graves, pois tanto afetam o valor dos bons como do maus catálogos.

a) O mais claro desses defeitos se prende à própria natureza da obra impressa: ela *data*. E *data* naturalmente tanto mais depressa quanto o ritmo do enriquecimento dos conhecimentos arqueológicos se vai tornando cada vez mais rápido. Como, por outro lado, um catálogo é quase sempre obra de um homem, sua atualização periódica depende dos recursos e da boa vontade desse homem; por outro lado, detém-se geralmente com a morte do autor, seja porque não se encontre ninguém para continuar o empreendimento, seja porque êste último se revele inútil daí em diante, devido à estrutura antiquada de sua organização geral imutável.

Êste inconveniente desaparece quando se confia a publicação do catálogo não já a um indivíduo, mas a uma instituição estável, incumbida de assegurar-lhe a atualização na medida das descobertas; é, por exemplo, o caso do *Corpus das Inscrições Semíticas*, cujos autores são designados pelo Instituto de França, desde 1887. Processo excelente, mas bem pouco aplicável universalmente, devido a um segundo defeito dos catálogos impressos: a rigidez.

b) Deve-se considerar como tal a inércia que tais obras opõem aos reagrupamentos, sob qualquer modalidade, dos documentos repartidos entre as diferentes rubricas de uma classificação *fixada* no papel.

(3) O caso mais banal, e infelizmente mais freqüente, é o da apresentação de certos documentos em simples ordem cronológica, quando a própria cronologia se funda em uma interpretação particular, ainda contestável, desses documentos.

É esta, contudo, uma operação fundamental da pesquisa, muitas vezes repetida no curso da elaboração de uma síntese, cuja originalidade consiste justamente em estabelecer, por meio de aproximações sucessivas, reagrupamentos lógicos entre os diferentes termos de uma ou várias classificações. Quando estas são simples, as operações também o são, e nesse caso o catálogo impresso e *aberto*, isto é, continuamente atualizado pelo zelo de uma instituição permanente, constitui instrumento de trabalho perfeitamente adaptado à sua função; assim são os catálogos de âmbito restrito, em que a matéria descrita só oferece pequeno número de variáveis classificatórias. Se, ao inverso, a classificação é complexa, graças ao número elevado de variáveis que se há de ter em conta, as operações são constantemente estorvadas pela rigidez da estrutura que se torna imperioso dar à obra impressa.

Tomemos um exemplo: suponhamos que se queira publicar uma cronologia da *cerâmica* pré-histórica do Irã. Se de comêço apresentarmos o material segundo as categorias objetivas, como deveria ser, será necessário ter em mira as seguintes variáveis: regiões de origem, técnicas de fabricação, formas, processos decorativos, temas ornamentais, períodos cronológicos já estabelecidos. São outros tantos critérios de classificação, redutíveis, cada um deles, a elementos múltiplos, que o autor arranjará a seu gosto numa estrutura privilegiada. Tal seja a configuração dessa estrutura, os fatos relacionados com uma categoria particular se acharão agrupados ou, pelo contrário, espalhados nas subdivisões de categorias mais sintéticas; é neste último caso que se manifesta a inadequação do instrumento.

De fato, essa estrutura dispersa necessariamente dados heterogêneos sob alguns aspectos, mas homogêneos sob outros; se, com relação a êsses dados, é o traço de homogeneidade que interessa momentaneamente ao leitor, deverá êle pesquisá-los sob numerosas rubricas da classificação, para reagrupá-los. Sem dúvida, os índices pelo menos facilitam êsse desmonte da obra, mas a recomposição, de acôrdo com os novos processos, implica fastidiosos trabalhos de cópia — cópias de desenhos, cópias das indicações que remetem a cada desenho — tanto mais longos e tanto mais freqüentes quanto fôr o catálogo de natureza mais sintética, e mais rica a sua matéria.

Êsse paradoxo — pois não deixa de sê-lo ao condenar a obra de síntese que conjuntamente aspiramos a criar — é apenas aparente. Conhecemos muitas estruturas organizadas, no reino animal, cuja maleabilidade (no caso, a faculdade de adaptação aos desejos do leitor) varia na razão inversa de certa perfeição formal (no caso, a síntese complexa); e não há nada de espantoso em encontrarmos igual oscilação no reino das organizações humanas. A analogia, de resto, não nos permite apenas compreender o fenômeno: indica também a maneira como nos será permitido contornar os obstáculos metodológicos que êle suscita.

A) *Remédios Teóricos*

Por duas vezes, criticando a falta de adequação das diferentes formas sob as quais a matéria arqueológica é hoje oferecida ao pesquisador, chegamos a postular uma espécie de atomística elementar, que conviria se fôsse elaborando à medida em que se fizessem as descobertas. Certas obras (os catálogos *abertos*) e certos métodos (a análise: índices, boletins ou tábuas

metódicas) tendem para esse fim, mas não o alcançam nunca, devido aos vícios inerentes a uma instituição particularmente resistente: o livro. Todo livro, de fato, ou mais geralmente todo texto impresso enfeixa necessariamente os elementos fundamentais da arqueologia — os *átomos*, se quiserem — em sistemas lógicos, ainda que sejam apenas sistemas gramaticais, onde eles aparecem concentrados por via de ligações e proposições — *moléculas*, se também preferem — que lhes entravam consideravelmente a aproximação e o estudo.

A gramática não é, de certo, diretamente responsável pelo véu que em geral se estende sobre os fatos, com a publicação de um livro; mas não se pode negar que a preocupação de fazer *obra científica*, em arqueologia, não raro significa apenas preocupação de publicar uma obra literária, pelo menos porque ela *deve*, no pensamento do autor, utilizar os recursos da gramática.

Não ignoram os pesquisadores, aliás, esse obstáculo, pois se esforçam por atenuá-lo, através da contínua dissecação dos livros; mas é conhecido o espantoso desperdício de tempo e de energia, causado por esse trabalho coletivo de Penélope, em que uns decompõem permanentemente o que outros compuseram.

Resumamos, pois: os melhores instrumentos de trabalho são, atualmente, de um lado os catálogos *abertos* — obra de instituições permanentes que constituem as equipes encarregadas de mantê-los, o que torna mais lenta a pesquisa, ao passo que os segundos, mais flexíveis, permanecem infelizmente como propriedade exclusiva de seus autores, que assim repetem, exclusivamente para si, trabalhos de análise idênticos em grande parte.

Não se poderia então inventar um instrumento que combine a mobilidade do fichário e o caráter público do catálogo, sem os inconvenientes de um e de outro? Prolongando-se a análise precedente, vê-se que há duas maneiras teóricas de obter esse resultado: ou os autores sucessivos do catálogo aberto deixam de compor necessariamente livros, mas fichários, ou os pesquisadores isolados põem sob regime coletivo suas notas pessoais, e entram em acôrdo sobre a repartição racional dos trabalhos de análise.

Os dois caminhos convergem, aliás, para o mesmo fim, mas cada um deles corresponde a um modo particular de adaptação dos métodos de trabalho.

Esse *fim*, antes de mais nada, será um centro de documentação, não já exclusivamente bibliográfico, mas fatural, onde se reúnam em muitos fichários os dados concretos que constituem matéria dos estudos arqueológicos.

Quanto aos dois *caminhos* de aproximação, podemos expô-los da seguinte maneira: *a)* num caso, os pesquisadores são agrupados para constituir uma documentação por meio de fichas, objetiva e pública, em campo definido; poderão, *além disso*, publicar, de tempos em tempos, obras de síntese, que organizem no todo ou em parte essa documentação, em estruturas conceituais particulares; *b)* no outro caso, a documentação individual de cada pesquisador, em um campo definido, será comunicada a um centro, que a organizará em sistema de fichas oferecidas à consulta geral.

Êstes diferentes métodos não têm de modo algum por objetivo, como se disse, substituir a coleção cega dos fatos pela pesquisa construtiva das ligações entre os fatos; essa última tarefa, com efeito, não é efetuada pela

única exigência que aqui se formula, de uma elaboração *simultânea* da documentação prática (uniforme e pública) e da síntese teórica (original e privada).

É verdade que, por fim, tal exigência impede a publicação de obras em que a tese não seja evidentemente senão uma vestimenta leve e precívél, posta sôbre uma coleção de fatos laboriosamente reunidos; mas, por que nos queixarmos disso? êsses mesmos fatos achariam melhor uso nos arquivos de um centro de documentação; pois a perda de informação, aceitável para uma obra de pensamento autêntico, é inadmissível no caso de uma dessas teses forçadas.

Com efeito, da elaboração à redação de um texto qualquer, produz-se sempre uma queda entre a qualidade da informação *recolhida* (a quantidade não é aí senão um aspecto particular da qualidade), e a qualidade da informação *liberada* pelo autor nesse texto. *Êste aviltamento da informação é de todo independente do valor teórico da obra*; e compreende-se desde logo seja inadmissível e absurdo, quando êste valor tende para zero.

B) *Recomendações práticas*

Cada uma dessas duas maneiras de regular a organização atual da pesquisa acarreta dificuldades, e a segunda mais do que a primeira, pelas diversas razões que aqui estão.

De um lado, poucos indivíduos aceitariam despojar-se de uma documentação pessoal, muitas vêzes recolhida com grande despesa, (4) em benefício de um organismo público onde ela se arrisca, seja a dormir durante longos anos, seja pelo contrário, a encontrar imediatamente amadores que talvez arrebatem ao colecionador original o privilégio tão cobiçado da defloração. Êsse sentido da propriedade constitui sem dúvida, no caso, legado de uma época em que a publicação de documentos arqueológicos dependia de um humanismo vivamente interessado tanto nas letras como nas antiguidades (cf. Academia das Inscrições e Belas-Letras); o livro assinado era então o coroamento natural das iniciativas do homem de gôsto, quer fôsse arqueólogo ou literato. Hoje, entretanto, o caráter muitas vêzes desagradável das publicações arqueológicas deveria antes convencer-nos dos benefícios do anonimato. Infelizmente, certas instituições universitárias mantêm êsse culto da posse, mesmo quando o indivíduo, consciente de uma certa banalidade de suas contribuições, aceitaria entregá-las obscuramente ao domínio público.

Por outro lado, e um pouco em consequência das mesmas viscosidades da tradição e das instituições, raros indivíduos consentiriam também em consagrar todo ou parte de seu tempo à simples organização de uma documentação compilada por outrem. Os documentalistas, na acepção que hoje se dá a esta palavra, não bastariam à tarefa; pois ela exige, mais do que bom senso, êsse mínimo denominador comum a tôdas as boas organizações, qualquer que seja a matéria organizada. Esta, de fato, indica as melhores formas de registro, e idealmente, a organização perfeita se confunde com o

(4) É célebre, mas raramente imitado, o exemplo de MARCEL MAUSS, distribuindo suas fichas a estudantes que êle iniciava em etimologia.

conhecimento perfeito dos fatos. O documentalista deve, pois, conhecer a especialidade, embora o especialista, hoje em dia, não aceite tornar-se documentalista, pelo menos para os outros.

O primeiro caminho, traçado mais acima, para a melhor organização dos trabalhos, contorna êsses diversos obstáculos, e é êle finalmente que hoje podemos considerar aberto no próprio meio das tradições ou instituições existentes.

Os indivíduos associados então para o estudo de um campo definido esforçam-se com efeito em *combinar* todos os aspectos estimáveis dos diversos processos de informação e de investigação hoje utilizados. Aos pesquisadores isolados, pedem não a documentação, mas um método: a redução analítica, resultante de uma preocupação de *eficácia*; aos órgãos públicos de informação, pedem não os métodos, mas a documentação compilada com a preocupação da *comunicabilidade*, ou, diríamos melhor, da *publicidade*, se esta palavra não tivesse tomado sentido especializado.

Do mesmo modo, o objetivo de tal associação não é nem uma suma permanente, nem uma síntese momentânea dos conhecimentos recebidos; é, antes, uma e outra, pois a documentação aí se elabora continuamente, *móvel* mas sempre *pública*, (5) à medida que periódicamente se imprimem sínteses sucessivas, cada uma delas fundada numa interpretação *pessoal* de um estado *fixo* dessa documentação.

Tais trabalhos constituem, naturalmente, a única razão de ser da documentação; não é necessário, porém, que êsses dois aspectos da pesquisa arqueológica — a coleção e a construção — estejam sempre imbricados na atividade da mesma *pessoa* (indivíduo ou organismo), na escala de uma vida. De fato, a experiência sugere antes a existência de colecionadores escrupulosos que só constroem sumas pobremente aritméticas, e de construtores hábeis que não têm coragem de colecionar tanto quanto conviria para dar às suas integrais certa permanência. Entre êsses dois extremos, é verdade, sempre se recomenda o meio termo; mas não é certo que se perderia muito deixando os indivíduos agirem conforme suas capacidades ou seus gostos verdadeiros, em lugar de pedir-lhes uma bivalência arbitrariamente valorizada. De qualquer modo, esta divisão do trabalho não é imposta a ninguém, e os próprios centros de documentação a que nos referimos facilitam mais do que embarçam a livre escolha do meio termo: de fato, o colecionador não está mais *obrigado* a inventar, ou a simular invenção, para ter direito (ou por outra, os meios) de colecionar, e o construtor tampouco é obrigado a procurar sozinho os materiais que lhe permitam construir.

O benefício desta organização não se estende somente aos membros ativos da associação; é todo o campo abrangido por esta última que, teòricamente, se revela saneado. Nenhum pesquisador, com efeito, aí poderá operar por muito tempo conforme os processos tradicionais; a simples existência de uma documentação exaustiva e imediatamente acessível deveria, pelo menos, incitá-lo a não publicar simples imagens calidoscópicas do todo ou de parte dêsse campo, sem grande interêsse teórico, e que outros poderiam *extrair*,

(5) O "mas" exprime aqui a oposição que caracteriza a documentação de um pesquisador isolado: móvel quando privada, ela só se torna pública ao congelar-se.

com menor esforço, da documentação pública. Paraphraseando, ao inverso, uma lei econômica, seríamos tentados a afirmar que a boa documentação pública repele a má literatura privada... Isto, infelizmente, só é verdade em teoria. De fato, a má literatura sobrevive; aqui está um exemplo. Suponhamos que um indivíduo queira estudar hoje a delinqüência juvenil nas grandes cidades da França. Precisarà conhecer certos dados sociográficos relativos a estas cidades (estrutura demográfica, estrutura profissional, etc); noutros tempos, teria consultado para êste fim algumas obras mais ou menos superadas, que precisaria atualizar por meio de longas investigações pessoais sôbre o assunto. Hoje, o serviço de documentação do INSEE (Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos) fornece-lhe em alguns dias a informação desejada, atual, e o investigador pode rapidamente consagrar-se ao verdadeiro objeto de seu estudo: a pesquisa das correlações. Muito bem; a facilidade relativa com que se obtém, desta maneira, a documentação, conduz a outras extravagâncias. Inúmeros especialistas virão logo oferecer outras tantas reconstruções pessoais da *realidade social*, tão cômodamente dissecada; as imagens calidoscópicas, em vez de desaparecer, multiplicam-se ainda mais. Talvez o mal esteja na juventude do sistema, ou em alguma fraqueza das *condições de admissão*; mas ninguém, em todo caso, ousa dizer que o remédio está em exigir de cada sociólogo o estabelecimento por êle mesmo, para cada estudo, de um recenseamento regional da população... Guardadas as proporções, é êsse entretanto o jôgo a que freqüentemente nos entregamos em arqueologia. Resta acentuar alguns aspectos funcionais dessas organizações. Em primeiro lugar, seu campo de investigação é necessariamente limitado, sob o tríptico aspecto do espaço, do tempo e da matéria em estudo: mas a extensão do campo varia sensivelmente de acôrdo com a *natureza* das pesquisas a que submetemos a matéria, o que é uma evidência tão ignorada nos centros de documentação, que convém dizer aqui algumas palavras a seu propósito.

Conhecemos por certo o fim habitual das investigações arqueológicas: observar entre os documentos recolhidos encadeamentos diversos, que pudéssemos organizar em sistemas coerentes de relações *históricas*, com ou sem o auxílio de relações da mesma ordem, fundadas em outras fontes de informação. A elaboração dessas relações faz-se acompanhar de um esbôço móvel das áreas de relativa homogeneidade, pelo menos em relação com a cultura material, e que se podem distinguir no tempo e no espaço. É desta maneira, por meio de aproximações sucessivas, que um estudo essencialmente preocupado com relações históricas chega a delimitar seu campo de investigação.

Mas esta preocupação não é a única suscitada pelos documentos arqueológicos. Certas oposições globais entre as criações materiais de civilizações historicamente aparentadas e, simetricamente, certas analogias globais entre os vestígios materiais de civilizações sem dúvida historicamente separadas, suscitam, umas e outras, problemas que, por essência, escapam às análises do historiador. Para resolvê-los, cumpre recorrer a noções intemporais — ou, pelo menos, subordinadas a um tempo que não é o do historiador —, e supor que certas constelações de fatos humanos resistem ao jôgo das *influências* históricas, ou, pelo contrário, as dispensam, permanecendo ou tornando-se os conjuntos antitéticos ou homotéticos que acreditamos observar. Esta hipótese é menos aventurosa de uns trinta anos para cá, em que etnólogos, mitó-

NAO PODE SAIR DA
ESTRUTURA ORGANIZADA

logos e lingüistas revelam pouco a pouco certas estruturas subjacentes aos diversos fenômenos humanos que os preocupam; entretanto a arqueologia, senão a história da arte em geral, ainda não submeteu absolutamente seus materiais a êste gênero de estudos.

Podemos talvez espantar-nos com isso, pois as *formas* de certos documentos (louça, utensílios, ornamentos, etc.) se prestariam bastante à análise *estrutural*; o obstáculo deriva, por um lado, das rotinas do espírito, mas também, sem dúvida, de uma verdadeira polarização dos instrumentos de trabalho em face de um uso exclusivo: a reconstrução histórica. O que importa aqui é êsse último aspecto da situação presente, pois, ao criar-se um novo aparelho, deve-se dar-lhe desde logo uma forma que não apenas facilite as operações antigas, mas também permita submeter a matéria às novas investigações.

No caso, esta necessidade pesa menos sôbre a natureza da redução analítica prôpriamente dita, do que sôbre a mobilidade dos elementos da análise no interior dos inventários. Pesquisas históricas ou estruturais agem com efeito sôbre os elementos comuns, mas atuam sôbre *jogos* variados dêsses elementos; e é preciso que a seleção dos jogos se opere fãcilmente a partir da documentação comum.

Tomemos, por exemplo, uma coleção de cerâmica em que as técnicas de fabricação, os temas e os processos da decoração sejam característicos de uma área histórica definida, enquanto as formas, pelo contrário, são atípicas e comuns a várias regiões distintas. Nesse caso, as variáveis morfológicas só têm para o historiador um interêsse secundário, e é inútil levantar-lhes uma classificação metódica para o conjunto dessa área e das regiões vizinhas. Essas mesmas variáveis interessam entretanto ao *estruturalista*, pois êste necessita de tal classificação para reagrupar as formas segundo as áreas históricas, mas racionais, no sentido em que se diz da classificação dos corpos puros, que ela é racional. A extensão da mesma observação analítica (no caso, a forma das peças de cerâmica) não é, pois, a mesma em um e outro caso; e um mesmo elemento da realidade é aqui tomado, ora como acidental e não pertinente, ora como essencial e significativa. Ê pois, indispensável que possamos, em qualquer momento, *abstrai-lo* de uma documentação que se limita provisoriamente a apontá-lo sob outros elementos dominantes.

O problema assim formulado não é original; aparece tôda vez que o volume de uma documentação estatística se aproxima de certo escalão, além do qual as operações de reagrupamento material suplantam em complexidade a organização conceitual. O equilíbrio é restabelecido pela mecanização das primeiras; e a maior parte dos centros de documentação (não bibliográfica, mas fatural) tende hoje a substituir os custosos manipuladores de quadros ou de fichas por máquinas — de triagem, interclassificadoras, tabuladoras — que fornecem a menor preço a informação requerida.

Concebemos mal, é verdade, a introdução da mecanografia num instituto de pesquisa arqueológica. Não que o obstáculo seja de ordem lógica; em muitas categorias de objetos (armas, utensílios, ornamentos, etc.), ao inverso, a documentação se prestaria perfeitamente à redução mecanográfica, exatamente como a que se refere a automóveis, a indústrias, a populações,

etc. Ele é econômico, ou, mais exatamente, psicológico. (6) Seria utópico pretender impor uma instituição cujos gastos ninguém ainda quer pagar — uns, de seu bolso, a saber, os contribuintes ou os serviços públicos que assumem a responsabilidade do investimento, mas dêla não tiram nenhum benefício direto ou tangível; outros, de sua pessoa, a saber, os pesquisadores, contrangidos, primeiro, a uma espécie de anonimato provisório, e depois a uma luta pela fama que *de novo* se orienta para o triunfo da qualidade sobre a quantidade.

Podemos felizmente inspirar-nos nos processos mecanográficos, sem ir ao ponto de copiar a forma estrita que revestem na vanguarda das aplicações. É assim que a elaboração de um *documento de base* de tipo uniforme, (7) não perfurado mas já talvez cifrado, primeira etapa da mecanografia, pode constituir o primeiro *objetivo* de uma organização racional da matéria escolhida.

Os *documentos de base* não passam de fichas analíticas relativas a fatos arqueológicos, como as redigimos no curso de uma pesquisa qualquer, ou como as estabelecem certos museus, para suas coleções; mas essas fichas privadas são redigidas segundo regras diferentes para cada caso, e raramente são concebidas como instrumentos de trabalho acessíveis a qualquer um. Os documentos de base do fichário público oferecem, em compensação, as seguintes vantagens:

a) leitura fácil, graças à qualidade material do documento e da redação, de que um indivíduo não pode cuidar no mesmo grau, por falta de meios;

b) leitura universal, graças a definições estritas dos elementos coligidos sobre os documentos, definições que se esforçam por resolver as ambigüidades características das terminologias ou processos pessoais; emprêgo de códigos em que números correspondentes a fatos ou a grupos de fatos determinados por meio de convenção coletiva (imagem ou definição) favoreça, além disso, a comunicabilidade, senão a objetividade dos fatos catalogados;

c) triagens rápidas, graças à apresentação dos elementos segundo uma ordenação uniforme para todos os documentos do mesmo fichário. As operações de agrupamento não constituem ainda a obra rápida e mecânica de uma vassoura, mas já não equivalem inteiramente ao tatear de um pensamento constantemente detido por escolhas refletidas, em catálogos heterogêneos;

d) exploração rápida, graças à extração (ou reprodução fotográfica) das fichas selecionadas, o que pode evitar boa parte das fastidiosas cópias de informação dispersas.

É difícil dar uma ilustração menos abstrata dos métodos de trabalho preconizados. Com efeito, uma vez adotados o princípio de organização e a

(6) "Mais exatamente", porque a oposição psicológica universal, quando não se ampara em uma lógica geralmente ultrapassada, se defende atrás de barreiras econômicas que são de fato produto, e não causa, dessa oposição. É o fenômeno clássico da resistência aos investimentos numa economia que não é nem liberal, nem dirigida, mas apenas protegida contra as crises de crescimento.

(7) Cifrada, quando parece cômodo transcrever em códigos numéricos os valores sucessivos de um caráter particular da matéria catalogada; por exemplo, código das formas dos vasos, código dos ornamentos, código das técnicas cerâmicas, etc.

escolha de um campo de experimentação, os processos e regulamentos de aplicação jamais aparecerão sob uma forma única.

Tomemos o exemplo de um inventário, em fichas, dos ornatos da cerâmica miceniana — tema de um livro novo e excelente, mas com o defeito de não ter duplicata em nenhum lugar, salvo nos papéis percíveis do autor, por meio de uma coleção de fichas abertas às escolhas, interclassificações, edições, etc. É claro que não poderemos elaborar nenhuma classificação se não tivermos pelo menos uma idéia geral das diferentes espécies de ornamentos característicos desta cerâmica. O conhecimento preliminar não carece ser exaustivo; pode resultar mesmo de uma simples amostragem racional, mas é nêle que devem ser implantados os primeiros esboços de uma classificação que deva ser modificada, pouco a pouco, pela acumulação dos fatos.

Escolha das categorias de fenômenos que é útil reduzir a fichas, composição das fichas, estrutura e número dos fichários para cada uma das categorias, são outros tantos problemas cuja solução depende, pois, da natureza dos fenômenos escolhidos. Assim também, as modalidades práticas de utilização pública da documentação constituirão sem dúvida outros tantos compromissos entre diferentes preocupações desigualmente ponderadas pela experiência e não por uma lógica preliminar.

A expressão abstrata das operações propostas permitem, aliás, captar os limites de sua aplicação no conjunto das ciências humanas. Da cerâmica à metalurgia, da escultura à arquitetura, os fenômenos estudados são sempre parcialmente redutíveis a elementos de informação, bastante nítidos e bastante estáveis para que possamos tratá-los isoladamente como outras tantas variáveis provisórias; a soma desses elementos dá a imagem relativamente fiel do fenômeno que caracterizam. Aí está evidentemente uma condição de todo *necessária* para que se possa submeter a matéria aos processos de organização e de investigação preconizados mais acima. Mas é também condição suficiente; e estes processos finalmente se impõem a qualquer estudo de fenômenos dissecáveis. Mais precisamente, impõem-se desde que uma ciência logrou isolar, na massa dos fenômenos complexos por ela observados, grande número desses elementos ou variáveis, dos quais ela intenta, em seguida, extrair um sistema ainda mais econômico de *fatôres explicativos*, reais ou virtuais.

Por isso, não é surpreendente que as ciências mais avançadas em matéria de organização sejam aquelas em que os fatos estudados se prestam mais facilmente a reduções analíticas, como, por exemplo, entre as ciências humanas, a demografia. Privilégio perigoso, é exato, pois a facilidade também abre a porta ao arbitrário: é o caso da alquimia de certos sistemas sociológicos; a organização racional da pesquisa não dispensa evidentemente pesquisas racionais. Mas nenhum dos problemas táticos propostos, uma vez admitida a estratégia, difere essencialmente daqueles cuja solução os indivíduos ou organismos preocupados com pesquisas científicas se esforçam hoje por encontrar. Sem grande êxito, como se viu. Acontece que qualquer tática deixa de ser frutuosa sem certos arranjos da estratégia.